

ATA
N.º 04/2023
SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
26 de setembro de 2023



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023:**

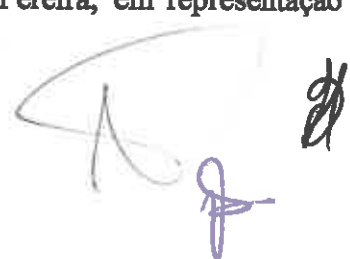
---Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Esposende e no Auditório do Centro Cultural Escolas Rodrigues de Faria, em Forjães, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Celestino Cubelo Moraes,
José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
António Maria Miranda Neves, em substituição de Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Manuel Francisco Vasco Gaifem, em substituição de Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Manuel Capitão Cerqueira, em substituição de Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Ilídio Moraes Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:
Artur Guilherme Lima Souto Emílio,



Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

---Verificou-se, a ausência da Deputada Municipal Mariana Gonçalves Viana.-----

---Não compareceu inicialmente o Senhor Deputado Municipal Eduardo Oliveira Maia, tendo
chegado pelas 21 horas.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou terem pedido justificação das suas ausências os Senhores Deputados Municipais, Sandra Patrícia de Sá Gomes, do grupo político do PPD-PSD, que iria ser substituída por António Maria Miranda Neves, Francisco Manuel Guimarães de Melo, do grupo político do CDS-PP, que iria ser substituído por Manuel Francisco Vasco Gaifem e, Paulo Fernando Ferreira Teixeira, do grupo político do PPD-PSD, que iria ser substituído por Manuel Capitão Cerqueira.

Pediu ainda permissão para dirigir umas breves palavras, tendo referido:

"Bem-vindos a esta sessão da Assembleia Municipal, realizada nesta Vila de Forjães, neste Auditório do Centro Cultural das antigas Escolas Rodrigues de Faria.

Quero agradecer a todos os que contribuíram para estarmos aqui hoje, principalmente os envolvidos na logística, para que esta reunião pudesse acontecer.

Trata-se acima de tudo de uma sessão simbólica.

Com estas medidas pretende-se acima de tudo, aproximar os cidadãos e interessar as pessoas pelos interesses do município, pela vivência desta assembleia municipal, e pretende-se combater o imobilismo, que parece um pouco difícil e, apesar de tudo, não está muita gente aqui nesta assembleia. Espera-se estimular a participação cívica e política, neste local por excelência, onde os cidadãos podem expressar a sua opinião acerca de assuntos relacionados com o município. E nós temos de fazer o nosso papel, dignificando o lugar onde estamos e que representamos, independentemente de termos ideias diferentes.

Hoje na Ordem do Dia vai ser submetida à aprovação, a Proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Esposende, e quero aqui anunciar que na última reunião da Comissão Permanente, demos início ao Projeto de realização de uma sessão temática dedicada aos jovens e aos seus problemas, que terá lugar espero eu, durante o próximo ano."-----

Referiu ainda, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos corresse com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo previsível de duração máxima daquela assembleia, de duas horas.

Mais informou, estarem abertas as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, bem como para o público presente, que pretendesse intervir no Período destinado à intervenção do Público.-----



01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de junho de 2023 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023.

Não participaram na votação os deputados municipais António José Pereira Morgado, Manuel Francisco Vasco Gaifem, Manuel Capitão Cerqueira, Aurélio Mariz Neiva e Mário Ferreira Fernandes, ao abrigo do impedimento legal previsto no n.º 3 do artigo 34.º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 28 de junho de 2023.

Não participou igualmente da discussão e votação do presente assunto o deputado Eduardo Oliveira Maia, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.

Interveio o Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Forjães, Vitor Quintão, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

"Boa noite a todos!

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Restantes elementos da Mesa,

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Cumprimento também os elementos que dão apoio a esta Assembleia,

Ex.mos Senhores Deputados Municipais,

Caros colegas Presidentes de Junta,

Representantes de Instituições e Associações aqui presentes,

Forjanenses aqui presentes,

Comunicação social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,



*Não me levem a mal, mas poderei dizer que na qualidade de anfitrião e representante de todos os forjanenses, quero felicitar o Senhor Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal, por terem a iniciativa de deslocalizar esta sessão da Assembleia Municipal e neste caso, para a vila de Forjães. E sem me alongar, porque isto é uma intervenção de boas-vindas, dou as boas-vindas a todos, ao Centro Cultural Escolas Rodrigues de Faria, e que para nós forjanenses, esta é a nossa casa da cultura, que a todos nos orgulha.
Uma boa sessão, e que os trabalhos corram bem.*-----

Interveio depois a Sr.ª Deputada Municipal, Sara Herdeiro, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado um Voto de Pesar:

*“Senhor Presidente da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público aqui presente,
Boa noite!*

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL LOUREIRO ALVES.-----

“Faleceu no passado dia 15 de julho de 2023, Manuel Loureiro Alves, com 79 anos de idade, natural de Rio Tinto, onde nasceu.

Exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto de 04 de janeiro de 1998 a 07 de abril de 1998.

Ativamente envolvido na vida pública da freguesia, Manuel Alves tem no seu percurso de vida um exemplo de dedicação e serviço à comunidade, marcando assim as gerações mais jovens como sendo um exemplo a seguir.

Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal dos Grupos Políticos do PSD, CDS e independentes, associam-se à família e amigos de Manuel Loureiro Alves, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta
Público presente,*

No passado dia 19 de agosto, no dia do município, deram-se por terminadas as comemorações

dos 450 anos de existência do concelho de Esposende e celebram-se os 30 anos de elevação de Esposende a cidade. Começo por isso esta minha intervenção por felicitar o município, e todos aqueles que pela sua participação ativa na programação ou nas iniciativas programadas, fizeram com que as celebrações dos 450 anos, ficassem marcadas na história deste concelho. Felicitar ainda o município pela forma como celebrou os 30 anos de elevação de Esposende a cidade. 30 anos de evolução, crescimento e desenvolvimento que este executivo, pelas políticas que tem implementado e pelos projetos que tem em curso, em muito tem contribuído para que, não só a cidade, mas também o concelho no seu todo, se tenha tornado numa referência do ponto de vista do desenvolvimento, onde a qualidade de vida se destaca como sendo uma das imagens de marca de Esposende.

E se estes últimos 30 anos têm sido de expansão, modernização e de claro desenvolvimento no que toca às infraestruturas, serviços e equipamentos, quer sociais, culturais e desportivos, com os investimentos feitos pelo executivo nessas áreas nos últimos anos, nomeadamente em iniciativas e projetos direccionados diretamente às pessoas, temos assistido, não só a uma maior valorização e reconhecimento das personalidades do concelho, que pelas suas ações e envolvimento na sociedade, se foram destacando dos demais, como também vamos assistindo ao surgimento de novos talentos nas mais diversas áreas, que em conjunto têm dado o seu contributo para que o nome de Esposende seja por demais conhecido fora de portas. Refiro-me principalmente às áreas da cultura e do desporto. Uma valorização e um crescimento que, como se disse, muito se deve ao talento de muitos esposendenses, mas do qual não podemos dissociar os muitos apoios e os investimentos que os sucessivos executivos, liderados pelo PSD, têm dispensado a estas áreas tão importantes para as gentes do concelho.

A título de exemplo, na área do desporto, é inevitável não falar da figura maior do desporto do nosso concelho. Falq naturalmente do saudoso Paulo Gonçalves, que pelos seus feitos colocou o nome de Esposende nas bocas do mundo. A esse propósito, felicitamos o município pela forma como pretende imortalizar a figura de tão talentoso desportista, que através da colocação da sua estátua numa das entradas da cidade, lhe dará o destaque e a importância que tanto mereceu.

Ainda no desporto, lembro também os nossos canoístas, que todos os anos são falados um pouco por todo o mundo, e dos quais destacamos o João Ribeiro que recentemente se sagrou campeão do mundo em K2 500m, e a quem, em nome do grupo político do PSD, endereçamos as nossas felicitações. E poderíamos aqui destacar muitos outros talentosos atletas do concelho, de todas as modalidades, com feitos notáveis e merecedores de todo o nosso reconhecimento. Mas certamente que na Gala do desporto do município, o momento certo para isso, todos serão lembrados e devidamente homenageados.

Mas não só no desporto se deu a valorização das figuras concelhias. Na área da cultural, por exemplo, nomes como Henrique Medina, Manuel de Boaventura, Viana de Lima, entre muitos outros, tornaram-se autênticos embaixadores do concelho de Esposende. Personalidades que têm sido lembradas pelo município, sendo colocadas em destaque nas diversas iniciativas culturais desenvolvidas pela Câmara Municipal. Seja pelo reconhecimento público das suas obras, seja pelas inúmeras iniciativas cujo nome, alguns deste ilustres Esposendenses, emprestam às mesmas, estarão sempre presentes na valorização e no destaque que tão importantes figuras trouxeram à cultura e à história do nosso concelho.

Já na área Social, foram mais de 30 anos de apoios dados às instituições concelhias, que nos permitiram hoje, estar mais preparados para fazer face às contingências que a conjuntura socioeconómica provoca nas diversas áreas que afetam o nosso dia a dia. São inúmeras as

iniciativas e projetos levados a cabo pelo executivo, dirigidos às nossas crianças, jovens e idosos. Iniciativas que têm contribuído para a sua valorização, integração e bem-estar.

Nesse capítulo, destacamos a atenção que o executivo tem dispensado aos mais novos. Fazendo-o através de medidas que vão desde o apoio na aquisição de material escolar, passando pela vertente lúdica e desportiva dentro e fora das escolas, contribuindo, assim, para uma maior oferta e igualdade de oportunidades dos jovens no acesso às atividades de lazer e de desporto, até ao apoio às famílias na vertente da integração dos jovens, através da disponibilização dos programas de apoio psicoeducativo nas escolas, como o projeto "Literacia no Cávado", que muito tem contribuído para o sucesso, integração e bons desempenhos escolar dos alunos mais vulneráveis.

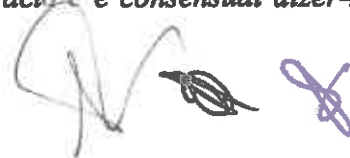
Falando agora da comunidade sénior, também aqui é evidente o salto qualitativo dado ao longo dos últimos anos. Com a permanente implementação de projetos direcionados para o bem-estar dos idosos, como são exemplo os projetos "café memória", "o coro sénior", "dar vida aos anos" e a "universidade sénior", entre muitos outros, o executivo tem contribuído para que, também na 3ª idade, Esposende tenha dado um passo na melhoria da qualidade de vida dos mais velhos, envolvendo-os ativamente nas iniciativas do município, fazendo com que, também eles, se sintam parte ativa da vida concelhia. E a propósito da participação dos mais velhos nas iniciativas do município, saudamos o regresso do dia do idoso, com a ida a Fátima, que este ano, depois da paragem devido à pandemia, levou cerca de 1600 seniores a um passeio que se tornou num evento obrigatório na agenda dos sucessivos executivos. Uma vez mais, a ida a Fátima foi coroada de sucesso, pelo que o município está de parabéns por não deixar cair a iniciativa.

Por tudo isto, e por tantos outros projetos implementados pela câmara municipal, não podemos deixar de realçar o excelente trabalho desenvolvido nos últimos 30 anos por parte dos sucessivos executivos liderados pelo PSD. Disse-o no início desta intervenção, foram 30 anos de evolução, crescimento e desenvolvimento, para os quais os executivos liderados pelo arq. Benjamim Pereira em muito contribuíram para que Esposende se afirmasse, hoje, como sendo um lugar de referência, onde é bom viver e que é procurado por muitos como destino turístico preferencial.

*Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,
Senhores Presidentes de junta,*

Este mês de setembro marca o início de um novo ano letivo. Pese embora um pouco por todo o país se verificarem alguns problemas no regresso às aulas, com greves e falta de pessoal docente e não docente, a verdade é que em Esposende, que se saiba, não tem havido registos de problemas no arranque do ano letivo. Sendo este o segundo ano em que cabe ao município a responsabilidade pela área da educação, felicitamos o executivo pela forma como tem encarado a educação no concelho e pela forma como tem sabido gerir as necessidades das escolas. Não só pelos apoios que tem dispensado aos agrupamentos escolares e aos alunos, como também na forma como tem dirigido a sua política de desenvolvimento, que passando também pela educação, conseguiu trazer para o município o ensino superior com a chegada do IPCA, e a médio prazo, com a chegada da Universidade do Minho, espera-se a investigação que tanto dá ao conhecimento e ao desenvolvimento dos territórios.

Mas, senhores deputados, se por um lado é um facto e é consensual dizer-se que o concelho



está diferente para melhor, não será demais relembrar algumas problemáticas que tem dificultado e afetam o país, das quais Esposende não é exceção. Concretamente, e tendo em consideração que, a par do problema da inflação e da carga excessiva de impostos praticada pelo governo socialista, que se fixa hoje nos 36.4 % do PIB, ou seja, a maior carga fiscal de sempre em Portugal, será porventura na habitação que reside um dos problemas que mais afeta e está a preocupar as populações. E quando se fala de habitação, falamos também de um direito consagrado na constituição da república, que face a esta conjuntura preocupa cada vez mais as famílias, cabendo ao governo e não aos municípios apontar e implementar as soluções para a sua resolução.

Vertendo esta problemática para o nosso concelho, verifica-se que não escapamos à tendência inflacionista e à subida dos preços do imobiliário. Um problema que não se combate à escala do concelho, mas que poderia ser minorado se a nível dos organismos do estado ouvissem as autarquias, e nessas áreas, implementassem políticas ajustadas à realidade e à dimensão de cada município ou região. Não será com o programa mais habitação, formatado para os grandes centros urbanos, que se resolverão os problemas da habitação em Esposende. Também não será distribuindo subsídios atrás de subsídios que se resolverá a subida do custo de vida, muito menos com as moratórias de prestações bancárias no crédito à habitação que se resolverá o direito a uma habitação condigna para todos. De uma coisa temos a certeza, de todas as medidas já implementadas pelo governo, ou são tardias e não produziram os efeitos pretendidos quando eram necessárias, ou simplesmente falharam por se mostrarem desajustadas e inconsequentes, resultando assim, num claro prejuízo para as famílias. Podemos agora pagar menos juros no crédito à habitação com as moratórias, o que pode ajudar algumas famílias, mas certamente pagaremos 2 vezes mais à frente. Não necessitamos de pensos rápidos. Precisamos de medidas, atempadas, eficazes e duradoras. Precisamos de uma baixa dos impostos para as famílias e para as empresas, mexendo no IRS e no custo do trabalho. Prometer apoios que chegam apenas a alguns ou facilitar o lay-off para as empresas em dificuldade, nada resolve, e apenas contribuirá para empobrecimento da população e para o encerramento de mais empresas. Tudo isto, a par da fraca valorização dos nossos jovens licenciados, agravará a sua fuga para o estrangeiro, trazendo para cá, em sentido contrário, mão de obra pouco qualificada que, forçosamente, terá as suas implicações no setor social, face à fragilidade revelada pela nossa economia, e consequentemente trará mais pobreza e problemas para resolver.

*Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,
Senhores Presidentes de junta,*

Voltando ao concelho de Esposende e à problemática da habitação, como sabem, está em curso uma revisão do PDM em Esposende e em vários municípios do país, que visa, essencialmente, a redefinição do solo urbanizável. Face à tendência inflacionista e à especulação imobiliária, incompreensivelmente o estado, através dos organismos com representatividade e participação na definição e elaboração dos PDM's, de forma, diria, cega e muitas vezes injustificada do ponto de vista do correto ordenamento do território, face às especificidades de cada município, propõe-se reduzir drasticamente o solo urbano e urbanizável, já considerado nos PDM's atualmente em vigor. Ao fazê-lo, estão claramente a retirar as expectativas que centenas de famílias colocaram na eventual construção da sua



habitação. Ora, estando em causa a falta de habitação própria e permanente e a subida do preço por m2 dos terrenos, com a redução da área edificável atualmente prevista no PDM, não só se irá agravar a tendência da subida do preço dos terrenos, face a diminuição de terrenos com aptidão construtiva disponíveis, como também representa um contrassenso por parte do governo, quando no programa mais habitação está subjacente, aumentar o número de casas facilitando a edificação de novas habitações. A este propósito, não será demais lembrar que apesar do veto do Sr. Presidente da República ao projeto de lei do programa Mais Habitação, esperava-se bom senso do Sr. Primeiro-Ministro e uma revisão do diploma face aos contributos da oposição. Mas como sempre o absolutismo socialista já garantiu a aprovação do diploma na AR, sem nada alterar no documento. O que é mau para todos, principalmente para quem trabalhou toda uma vida para gerar património, para agora vê-lo requisitado pelo estado por questões meramente ideológicas e que nada resolverá ao problema da habitação.

Voltando ao PDM, obviamente que não se pretende uma desorganização do território. Contudo, deveria haver uma diferenciação positiva para os concelhos de baixa densidade como o nosso, permitindo, ou pelo menos mantendo o solo urbano que os PDM's em vigor já preveem. Neste capítulo, e na procura da defesa dos esposendenses, ficaria bem ao partido socialista de Esposende, em vez de atirar para cima da Câmara Municipal o ónus da construção de mais habitação, questionar o seu líder e Primeiro-Ministro de Portugal sobre mais uma trapalhada cometida por este governo com o programa Mais habitação e com a política cega de redução de solos urbanizáveis nos PDM's atualmente em vigor. Não só este governo quer retirar coercivamente as casas a quem, para as ter, trabalhou e pagou os seus impostos, como também quer impedir que quem investiu em prédio com aptidão construtiva, pagando os seus impostos, veja agora frustradas as suas expectativas à custa de uma revisão dos PDM's que ignora as preocupações dos municípios e que está fortemente alicerçada em convicções e entendimentos académicos das entidades com parecer vinculativo, que à partida inquinam o processo, e que em nada se ajustam à realidade e necessidades dos territórios, prejudicando dessa forma as pessoas e os municípios.

Termino Sr. Presidente fazendo um pedido ao Sr. Presidente da Câmara.

Dizer-lhe Sr. Presidente da Câmara que sabemos que tem defendido os interesses do concelho e dos munícipes nesta matéria. Sabemos também que não depende de si o desfecho da versão final da revisão do PDM em curso, mas pedimos-lhe que, para o bem de todos, e à semelhança do que tem sucedido nas reuniões da comissão de revisão do PDM e nas reuniões com a CCDR-N, continue a lutar para que haja bom senso neste processo e que se sensibilize as entidades envolvidas para que não ponham em causa o correto e sustentado desenvolvido do concelho, contribuindo também dessa forma para que o problema da habitação e do elevado custos dos terrenos seja amenizado.”

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Domingos Carvalho, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,*



*Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Público aqui presente,*

Início esta minha intervenção dando as boas-vindas a todos vós, à bonita terra de Forjães. Louvo a iniciativa, correspondente a um compromisso eleitoral do PS, e, espero que este princípio de descentralização se estenda a outras valências, dando mais autonomia e mais dotação orçamental às freguesias, para a realização das suas atividades.

Os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes não me levarão a mal que eu destaque a minha terra, esquecendo, por momentos, a realidade das vossas freguesias. Aproveito para vos dizer que sou um defensor acérrimo do meu concelho e o que representam as 15 freguesias na valorização deste. Estas, com a sua identidade própria, os seus "sítios", as suas especificidades, a sua cultura e tradições, tornam o território mais forte.

A sede, Esposende, não deveria ter privilégios tão acentuados, relativamente às outras freguesias.

O Plano de desenvolvimento do território deveria contemplar sempre todas as freguesias e nunca deixar nenhuma para trás, só porque queremos embelezar a Sede do Município. (De quem gosto muito)

Mas regressemos a Forjães.

Se é bom viver aqui? Claro.

Forjães, nascida e desenvolvida no Vale do Neiva, apresenta características únicas que a diferenciam de outras localidades. O dinamismo das suas "Gentes" (muitas associações e instituições) e os "sítios icónicos" como o Rio Neiva e as suas azenhas, os espaços naturais da Calça, Guincho, Morena, Bau, Gaio, "Zé do Rio" e "Manuela António do Rio", o Souto de S. Roque, o Souto da Santa, as quintas de Curvos, Pregais e Calça, a Zona Escolar e Desportiva, e, os edifícios públicos e as casas centenárias, dão-lhe uma identidade muito própria.

Teve também gente que, por amor à terra, a engrandeceu muito. Os beneméritos Rodrigues de Faria, Margaria de Queirós, Marcelino de Queirós, e, Horácio de Queirós, apetrecharam a terra com equipamentos que ainda hoje são referências na freguesia: O Centro Cultural "Escolas Rodrigues de Faria", onde nos encontramos, a Maternidade, a Cantina Escolar, o Lar da 3.ª Idade, hoje integrados na Clínica Dr. Queirós de Faria e Fundação Lar de Santo António (tem todas as valências associadas à saúde e bem estar) e, o estádio Horácio de Queirós, local de formação de muitos forjanenses.

O Poder Local instalado após o 25 de abril (com muita alternância democrática) e a entrada no "Mundo Europeu" veio dotar a freguesia de mais equipamentos públicos, de mais serviços e infraestruturas básicas, onde a Escola Básica Integrada de Forjães, o Centro Escolar de Forjães, o Complexo de Piscinas de Forjães, a Unidade de Saúde Familiar, o Saneamento Básico e o Abastecimento de água são alguns dos exemplos.

Poderemos dizer que tudo isso veio aumentar a qualidade de vida de quem aqui mora e não será, por acaso, que a procura por Forjães tem aumentado.

Perante estas afirmações de um deputado do partido socialista estarão a concluir que em Forjães tudo está bem e que nada mais há para fazer?

Há e muito a fazer em Forjães.

Há e muita coisa prometida por quem está no poder e que nunca foi realizada.

Com a mesma sinceridade que enumerei as "coisas boas" da terra onde moro, é com a mesma sinceridade que enumero algumas "coisas" que, no meu entender, reduzem claramente a



qualidade de vida dos forjanenses.

A falta de saneamento básico em muitos locais da freguesia. Não é bonito ver cisternas a sair duma fábrica de referência em Forjães e já no País (ETFOR), que tem como referencial principal o ambiente e a sustentabilidade;

A falta de um Plano de Urbanização que preserve o equilíbrio entre o que é rural e urbano e o que é antigo e moderno, e onde todos saibam quais as zonas para construção de habitação, equipamentos desportivos, sociais, industriais, educativos e culturais. Penso que ninguém aqui presente gostaria de acordar de manhã com uma garagem de carros ou pavilhões industriais à frente da sua porta!

A falta de uma Rede de Passeios nas principais ruas da terra e particularmente na estrada nacional 103 que permitiria tornar as ruas mais seguras e mais bonitas. Isto implicaria uma nova organização do trânsito, criando estradas com sentido único;

A má qualidade dos acessos à Sede do Concelho, particularmente a estrada municipal que liga Forjães a S. Paio de Antas, pondo em causa o trânsito regular e situações de emergência. Há quanto tempo prometemos a requalificação deste acesso? Andei quarenta anos a deslocar-me para Esposende por esta via e o que foi feito? Nada.

A falta de uma Requalificação Urbana em toda a freguesia, particularmente na zona envolvente à Escola Básica Integrada de Forjães, Centro Escolar de Forjães, Complexo de Piscinas e Estádio Horácio Queirós; Perdeu-se uma boa oportunidade, ao vender o terreno junto à Escola Básica (votos contra do PS), que poderia ser útil para esta iniciativa.

Poderia estar aqui a enumerar muito mais....

Seguindo o mesmo raciocínio, direi:

A Otimização das margens do Rio Neiva e a requalificação das azenhas e engenhos e a recuperação das pontes pedonais da Morena e do Gaio aumentaria claramente a qualidade de vida dos forjanenses. Há quanto tempo defendemos isto?

A construção de um Centro de Treinos e de Jogos, com outras valências associadas, para apoio às atividades do Forjães Sport Clube, aumentaria claramente a qualidade de vida dos forjanenses;

A construção de um Pavilhão Multiusos para apoios às atividades recreativas, desportivas e culturais de todos os Grupos Associativos aqui existentes, aumentaria claramente a qualidade de vida dos forjanenses;

Um bom Plano de Mobilidade que contemple as 15 freguesias do concelho, criando uma boa rede de transportes públicos a ligar à estação de camionagem, em Esposende, e entre as freguesias, aproximando o território e as suas gentes, aumentaria claramente a qualidade de vida de todos os que moram nele;

Um bom Plano de Mobilidade que contemple as 15 freguesias do concelho, criando uma boa rede de ecovias que aproximem o território e as suas gentes, aumentaria claramente a qualidade de vida de todos os que moram no território;

Haveria muito mais para dizer.

É urgente FAZER ACONTECER.

Socorrendo-me das palavras do Papa Francisco, quando se dirigia aos jovens, nas Jornadas Mundiais da Juventude, realizadas, com sucesso, em Portugal, no início do mês de agosto ("Levantem-se e façam acontecer coisas boas e belas"), direi que o Partido Socialista está em condições de "FAZER ACONTECER COISAS BOAS E BELAS em todo o Território de Esposende.

Para concluir, colocaria, agora, algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara:



*Para quando a continuidade do Saneamento Básico em Forjães?
Para quando a elaboração de um Plano de Urbanização para Forjães?
Para quando a conclusão do Plano de Urbanização da Zona Industrial de Forjães-Vila Chã?
Para quando a ligação de Forjães à A28 pelo Nó de Antas?
Muito Obrigado."*

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Obrigado, Senhor Presidente, eu vou ser breve e a minha intervenção atendendo à limitação de tempo é essencialmente política, em resposta à intervenção do PSD, que não posso deixar de referir.

A primeira diz respeito à habitação, é preciso ter uma grande lata para uma maioria que está no poder há 34 anos neste concelho, e principalmente este Presidente da Câmara, que é Presidente da Câmara há 10 anos, e que na sua presidência não construiu uma única casa no concelho, uma única, vir aqui atacar o Governo, por causa da habitação.

Eu também acho que o programa +Habitação tem pecadilhos. Agora uma coisa é certa, o PS está a tentar fazer alguma coisa na área da habitação, a Câmara de Esposende fez zero.

Também é preciso muita lata, vir para aqui reclamar do aumento dos impostos em Portugal. O PSD que apoiou o Governo, que mais impostos aumentou em Portugal.

Já se esqueceram do Vitor Gaspar?

Já se esqueceram do Pedro Passos Coelho?

Ainda por cima vêm falar agora de jovens e da emigração de jovens.

Já se esqueceram que o Passos Coelho mandou os professores emigrarem?

Já se esqueceram que foi na altura do Passos Coelho que mais jovens emigraram de Portugal?

Vêm agora aqui atacar o Governo do PS, por causa da emigração dos jovens, por causa dos impostos e por causa da habitação?

Se há questões em que o PSD devia estar calado, é nessas.

E eu aconselho o PSD de Esposende, a centrar-se nos problemas de Esposende, que são muitíssimos, deixem lá os problemas do Governo.

O que era importante, que eu gostava de vir aqui ouvir o PSD dizer, era quantas casas vai construir neste concelho. O que é que o PSD tem para os jovens deste concelho?

Há anos, vem hoje o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, que anda há anos e mandatos e mandatos a ser discutido. Portanto, se há quem não tenha legitimidade para fazer críticas nessa área é o PSD.

Muito Obrigado!"

Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Marta Viana, do Grupo Político do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

"Boa noite,

Exmos. Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,



Esposendenses aqui presentes,

Gostaríamos de felicitar o executivo municipal pela organização das comemorações do dia 19 de agosto. De facto, as cerimónias correram muito bem, e engrandeceram o nosso concelho. Uma palavra especial para o vídeo realizado com meios da boa pràta da casa, que foi transmitido nas comemorações e a que todos tivemos oportunidade de assistir. Se bem virmos, as comemorações correram tão bem, que permitiram até ao executivo municipal, desviar o olhar das obras intermináveis do mercado municipal. Já é mais do que tempo de se olhar para o mercado com olho de lince apto, e de fazer terminar as obras e devolver o mercado ao Concelho.

Senhor Presidente,

Queremos também referir que nos têm chegado queixas de que os carros circulam a alta velocidade na nossa marginal. Bem sabemos que se trata de um problema e questão antiga, mas julgamos que já será tempo de pensar em soluções, e de as executar, de modo a que os nossos conterrâneos e a quem nos visita, possam usufruir em segurança do privilégio de caminhar, ou passear, seja a pé, de bicicleta, ou até de carro naquele local.

Senhor Presidente,

Temos tido estes dias conhecimento das propostas de desagravamento fiscal do PSD, em especial no que respeita ao IRS. Atendendo a essas propostas, queremos acreditar que o PSD local, não mais retardará o desagravamento do IRS municipal, e que abdicará da sua parte, ou pelo menos de uma boa parte, na sua taxa de participação no IRS. Num tempo que sabemos ser de muitas dificuldades para as famílias e jovens, cada vez menos se compreende que no concelho de Esposende, se pretenda arrecadar sempre a receita máxima possível.

Senhor Presidente,

Temos até o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa, que acaba de anunciar a diminuição da taxa de participação no IRS.

Perguntamos então, para Esposende para quando?

Senhor Presidente,

Congratulamos este executivo pela aprovação do agravamento do IMI para edifícios devolutos e que se encontrem ao abandono.

Julgamos que este agravamento constituirá mais um meio para convencer os proprietários a investir no seu património, e por sua vez, ainda que mais a longo prazo, permitirá o crescimento de Esposende, enquanto cidade do presente e do futuro. Mas, mostra-se também essencial, que o Município faça uma reflexão profunda sobre o problema da habitação, o qual é geral, mas se sente de forma muito especial no concelho de Esposende.

Viver no concelho é caro e não é acessível a muitas famílias, especialmente às que vivem com maiores dificuldades.



Portanto, consideramos que são necessárias propostas adicionais e que havendo investimento nesses edifícios, se deve isentar o pagamento de outro tipo de taxas.

É essencial caminhar para a promoção da valorização do concelho ao nível da habitação, seja para compra, seja para arrendamento, a preço justo para as famílias e jovens.

A este propósito, e atendendo até, que se vai dizendo que o facto de em Esposende passar a haver ensino superior, ser atrativo para muitos jovens, designadamente os estudantes, gostaríamos de questionar o executivo sobre as medidas que tem identificadas e em execução, para pelo menos atenuar o problema da falta de habitação jovem, com valores acessíveis e realísticos.

Um outro problema, já aqui mencionado e próximo deste, é o da mobilidade dentro do concelho e entre o nosso e os concelhos vizinhos, trata-se de um problema já bastante antigo.

Esposendenses e futuros alunos que escolham Esposende para estudar, e que não possuam meio de transporte próprio, estes são a maioria, não possuem qualquer opção de mobilidade que lhes permita circular dentro do concelho e das suas freguesias.

Esposende, se quer crescer como um concelho amigo do ambiente, tem que tomar ainda este ano medidas, para ver a sua pegada de carbono, a reduzir.

E o que tem feito o executivo para resolver, ou pelo menos diminuir estes problemas?

Senhor Presidente,

Aproveitamos também para convidar o executivo a olhar para o concelho vizinho da Póvoa de Varzim, do Distrito do Porto, e seguir o seu exemplo na adoção de propostas que incentivem a reciclagem no concelho, como é o caso da iniciativa "Reciclar é dar +".-----

Pelas 21 horas e 15 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

Ex.ma Mesa,

Sr. Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados,

Demais Autarcas,

Ex.mo Público,

Muito boa noite!

Embora eu pense que a primeira Assembleia Municipal fora da sede devia ser na primeira vila do concelho, Fão, não posso deixar de dirigir o meu aplauso e o aplauso de muitos munícipes, à Mesa da Assembleia, que pelo Ex.mo Senhor Presidente Professor Carlos Silva, tomou esta primeira iniciativa.

Gostava de ver uma Assembleia Municipal em cada freguesia.

Chamo a atenção do Senhor Presidente do executivo, para que no tempo que ainda tem no seu mandato, preserve a democracia, com políticas que promovam a educação, a transparência, a responsabilidade, e entre outras, a prestação de contas, aliás como referiu no seu discurso de encerramento das Comemorações dos 450 anos de Esposende.

Senhor Presidente,

Faça democracia respondendo aos seus eleitores, elucidando-os.

Citando o doutor José Fragata, figura altíssima da medicina portuguesa, "a experiência é algo que não se lê nos livros, é preciso vivê-la". Ora, tendo V. Exa. a experiência de quase três mandatos de experiência, mais o tempo que os precedeu, fazendo parte do executivo anterior, de ora em diante, dirija-se aos munícipes com um discurso realista e esclarecedor, sem embandeirar obras e investimentos, e sem motivos que possam eventualmente levantar suspeitas.

Aqui chegados, já que cá estamos em Forjães, e porque foram anunciados vários investimentos nesta vila, pergunto, das centenas de milhares de euros anunciados, e que me parecem que foram bem usados nesta vila, esta liquidez provém da alienação do património que a Câmara tinha cá em Forjães, ou estão noutras contas?

É apenas um pedido de esclarecimento.

Só para despertar as consciências, em meu nome e em nome de muitos munícipes, deixo aqui o pedido ao executivo para que se conclua todas as obras, a tempo de poder ser feita a celebração das mesmas, pelo Presidente Benjamim Pereira, que irá ficar como arquiteto das obras do Presidente. Espera-se também, que não se confirme a máxima da governação, de quem vem atrás que feche a porta.

Muito obrigado!"

Intervio de seguida a Sr.ª Deputada Municipal Independente, Anabela Solinho, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Boa noite Senhor Presidente da Assembleia,
Boa noite respetiva Mesa,
Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Público em geral,*

Início apresentando um Voto de Pesar.

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO MANUEL RODRIGUES BARCELISTA.

"No passado dia 28 de julho, João Manuel Rodrigues Barcelista, de 60 anos, faleceu cedo demais, deixando consternada e saudosa a população de Fão, de onde era natural, e de muitas outras partes do concelho.

O João Barcelista desde cedo se envolveu na vida associativa fangueira. Foi elemento preponderante e ativo desde a adolescência no Agrupamento de Escuteiros de Fão. Revelou,

durante todo o seu percurso de vida, preocupação e disponibilidade em se associar nos mais diversos movimentos associativos da Vila de Fão e do concelho, para além de ter exercido com rigor e responsabilidade as atividades profissionais que a vida lhe proporcionou; a de Carteio terá sido a que melhor espelhou as qualidades altruístas do João Barcelista. O João cumpriu ainda responsabilidades em várias Comissões de Festas do S. Bom Jesus de Fão, assim como contribuiu com a sua disponibilidade nos órgãos sociais do grupo de teatro amador de Fão - GATA.

João Barcelista destacou -se na Presidência do C. F. de Fão entre 2003 e 2005 para além de ter sido atleta do clube. Foi bastante interventivo na vida autárquica de Fão tendo sido vogal do executivo da Junta de Freguesia, com funções de Tesoureiro no mandato de 2009-13, assim como vogal da assembleia de freguesia nos mandatos 2013-2017, 2017-2021 como membro efetivo eleito nas listas do Partido Socialista, tendo tomando parte ainda em algumas sessões como vogal no atual mandato 2021-2025.

Que este voto de pesar ora aprovado seja dado a conhecer à digníssima família."-----

De seguida farei a minha intervenção política.

É minha intenção tentar perceber as razões do município em não ter dinamizado a Semana Europeia da Mobilidade, entre 16 e 22 de setembro, ao contrário de 116 municípios, quando para tal, este executivo poderia ter feito solicitação ao grande número de escolas e não só do concelho, e fazer jus à ecovia e ciclovias que o concelho possui.

Outro assunto prende-se com o défice de cobertura de internet nos edifícios de escolas do concelho, o que é do conhecimento de toda a comunidade escolar. Mesmo sabendo que não é um assunto da sua competência, como outros que também não o eram, mas em que interveio, pergunto o que poderá a Câmara Municipal fazer, à semelhança de outros municípios. Muito obrigada."-----

De seguida, pelas 21 horas e 30 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por alguns minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os Votos de Pesar apresentados.-----

Pelas 21 horas e 35 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos Votos de Pesar apresentados, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL LOUREIRO ALVES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL LOUREIRO ALVES, SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, INDEPENDENTES E CDS-PP.-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO MANUEL RODRIGUES BARCELISTA.-----



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO MANUEL RODRIGUES BARCELISTA, APRESENTADO PELA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Terminadas as votações dos votos, das moções e das recomendações apresentadas, o Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

"Senhor Presidente da Assembleia,

Restante Mesa,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

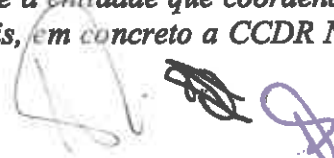
Senhores Presidentes de Junta,

Público em geral e em especial um cumprimento a todos os forjanenses que querem estar aqui connosco nesta Assembleia Municipal.

Queria desde logo agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por esta iniciativa de descentralização das Assembleias, parece-me uma iniciativa muito válida e é bom que, como disse e muito bem na introdução que fez, que venha a ser participada e é essa a lógica da descentralização, de aproximação às populações, para que possam intervir e ficar também por dentro um pouco daquilo que são as dinâmicas que vão acontecendo no concelho e as várias perspetivas dos vários partidos representados na assembleia, acerca do trabalho que é feito.

De resto, para mim é sempre um prazer estar nesta terra, eu vivo cá, nasci cá, mas hoje é um dia muito especial para mim, por uma razão simples, em 2007 neste mesmo dia assumi a junta de freguesia de Forjães. Houve a renúncia do Presidente de Junta anterior, o Sílvio Abreu e foi exatamente a partir do dia 26 de setembro, que eu passei a ser Presidente de Junta desta freguesia, função da qual me orgulho imenso. Também é verdade que há dois anos a esta parte, o partido pelo qual concorri à Câmara Municipal, alcançou a maior vitória de sempre no Concelho de Esposende, como uma lógica de validação daquilo que era o trabalho já de dois mandatos anteriores, e muito nos satisfaz poder hoje relembrar isso, essa grande vitória, de todo o povo esposendense.

De resto, em relação às situações que aqui foram afloradas, por parte do senhor arquiteto Morgado, Deputado Municipal, falou de muitas coisas, mas em especial da questão da revisão do Plano Diretor Municipal, e é um facto que, a posição que temos neste momento por parte da Comissão de Coordenação, que é exatamente a entidade que coordena todo o processo de revisão de todos os Planos Diretores Municipais, em concreto a CCDR Norte, dos 86 Planos



Diretores Municipais da região, é de uma total intransigência, ou melhor um cumprimento cego, retirando das zonas de construção tudo aquilo que não está totalmente infraestruturado e quando digo totalmente implica ter também saneamento gravítico. Isso quer dizer, para vossa informação, e em tempo próprio apresentaremos publicamente a proposta. Aquilo que nos está a ser imposto, diga-se desde já, situação com a qual não podemos de todo concordar, de retirar imensos terrenos que estão em zona de construção, e que passarão a não estar em zona de construção, caso não exista a infraestruturação das vias.

De facto, é uma situação muito grave, tenho tentado em todos os fóruns, onde posso no fundo, defender o nosso posicionamento, fazê-lo, e já o fiz na CIM, já o fiz na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, numa lógica de flexibilizar mais esta situação, face às razões que foram aqui apresentadas precisamente, pelo Senhor Deputado arquiteto Morgado. Porque se vivemos um momento de dificuldades para habitação, não é retirando zonas de construção, que nós vamos resolver o problema, muito pelo contrário, a escassez de terrenos vai levar a um incremento do seu custo por metro quadrado, e vai dificultar a vida a quem quer construir, ou para efeito da autoconstrução. Portanto uma situação má, que já foi devidamente identificada, que está na mão obviamente da Tutela em termos nacionais, no fundo dar orientações também à Comissão de Coordenação, para que flexibilize este posicionamento, aliás, diga-se de passagem, curiosamente há outras Comissões de Coordenação como sabem, não é só a do Norte, que têm posicionamentos mais flexíveis relativamente a esta matéria e só aqui no Norte é que estão a levar isto de forma fundamentalista. Enfim, é uma luta que de uma certa forma todos temos que ter, todos os partidos, não tem a ver com o PSD, PS, nem CDS, não tem a ver com isso, é uma luta de todos, para de facto mantermos no mínimo o que temos, sendo certo, que no nosso caso até se justificaria um aumento das áreas de construção, porque somos dos municípios que mais cresceram, portanto, é uma informação que em termos gerais, já é conhecida, mas, na zona norte fomos o segundo Município que mais cresceu. Qual é a lógica, num Município que está em crescimento acelerado, só mesmo Braga é que cresceu mais do que nós, nos 86 municípios da zona norte, e retirarem zonas de construção. Isto não faz qualquer sentido, têm sido dito aos responsáveis e temos que lutar para que isso não venha a ser assim.

De resto, da intervenção do professor Domingos, pessoa que muito respeito aqui da freguesia, mas o professor Domingos fez a abordagem socialista da gestão Municipal. Falar de muitas coisas, construir muitas coisas, mas nunca por nunca, disse onde é que se ia buscar o dinheiro. É exatamente o que fazem em termos nacionais, o que o partido socialista faz em termos nacionais, que é prometer muitas coisas, mas na prática, as receitas, nós até sabemos onde é que o Governo neste momento está a ir buscar as receitas, que é uma tributação sem precedentes, mas no caso do Município de Esposende, não encaixa nesse modelo e, portanto, nós temos sempre feito investimento nas freguesias, mas, pugnamos pelo equilíbrio financeiro da Câmara Municipal. Essa é que é realidade, é uma imagem de marca do município de Esposende. Nós fizemos um plano de investimento 2013-2017, 2017-2021 e temos neste momento em execução o plano de investimento e daremos muito em breve notícias quanto a investimentos significativos no nosso concelho. Sendo certo, e é importante que se diga, que os investimentos estão sempre relacionados com os Fundos Comunitários, e nós estamos no fim de um ciclo de um quadro comunitário e o Portugal 20-30 ainda praticamente não arrancou, portanto, nós ainda não temos sequer, os fundos que são canalizados para as CIMs ainda não foram distribuídos pelos municípios e os vários projetos sinalizados, não têm um cêntimo neste momento, para serem alavancados financeiramente.



Porque eu não gosto de fugir às questões que me colocam, as questões dos pavilhões, as questões das oficinas, vamos ver, há um Plano Diretor Municipal em vigor, esteve em discussão pública, tudo o que foi feito, cumpre a lógica das compatibilidades existentes nos Planos Diretores Municipais. Não há aqui nenhum atropelo da lei, se não concordam é muito simples, em tempo próprio, aquando da discussão pública dos instrumentos, que depois fazem fê e são Lei a cumprir, é que devem manifestar-se contra, não é, depois das coisas estarem em vigor desde sempre, estas regras nem sequer são novas, estão lá desde o primeiro PDM, e agora é que nos vimos queixar, de que aparece uma oficina ao pé de uma casa, ou que aparece um pavilhão. Dependendo, se for uma indústria de uma determinada tipologia não pode estar, se for de determinadas tipologias que não causem problemas ambientais, podem coexistir com uma situação habitacional. É assim que é a lei, não fomos nós que inventamos uma lei própria, para agradar ou para desagradar às pessoas, nem temos medidas diferentes para os cidadãos do concelho de Esposende. É assim para todos e é com essa realidade que temos que lidar.

Quanto aos acessos entre S. Paio de Antas e Forjães, portanto, o acesso a Esposende, dentro em breve, provavelmente ainda esta semana, será lançada a primeira fase da requalificação desta estrada, sedo certo, que não temos um cêntimo de Fundos Comunitários, e estamos a falar numa intervenção que pode atingir os dois milhões de euros. Era muito bom que na distribuição do PRR, o Partido Socialista que andou a distribuir verbas, pelos municípios do Partido Socialista, esta é que é a realidade, e nós em Esposende não tivemos um cêntimo para vias de comunicação. E basta olharem aqui para o município do lado, mais para norte, para verem as verbas, o volume financeiro que foi atribuído para fazer vias de comunicação. Há filhos e enteados para quem está a governar o país, e também é importante que os cidadãos de Esposende saibam dessas coisas.

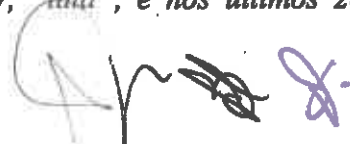
De resto, zonas ribeirinhas, é verdade que era muito importante requalificar a zona ribeirinha de Forjães, do Rio Neiva, foram finalmente adquiridos os terrenos da zona do Zé do Rio, e está em preparação um projeto para essa mesma intervenção.

Quanto à questão do Plano de Urbanização, a questão do planeamento é uma questão muito complexa e muito difícil, de facto, alguns núcleos urbanos devem ter regras para edificação mais apertadas do que aquelas do PDM, mas neste momento, todos os municípios têm consciência disto. Aliás, a própria lei proposta pelo Governo é no sentido de flexibilização do planeamento. Neste momento é muito mais pelo lado das unidades de execução, unidades mais concretas em determinadas zonas do território, do que pela fixação de um Plano de Urbanização, ou de um Plano de Pormenor. Isso demora, 4, 5, 6 anos a ter um Plano em aprovação e, uma desadequação imediata, porque nós nunca sabemos o que é que nos vai aparecer, um investidor, fixar regras muito ou pouco apertadas, nunca dá resultado.

Todos os municípios já perceberam isto e o próprio Estado também já percebeu, e por isso é que criou o conceito das unidades de execução, dando maior flexibilidade aquilo que é no fundo, a intervenção urbanística no território.

Depois, a ligação do nó de Antas, não depende do município de Esposende, antes dependesse, mais uma vez estamos a falar da intervenção do Estado, portanto da IP, através da gestão da tutela, que neste momento é do Ministro Galamba. Já agora, diga-se de passagem, que ainda há pouco tempo tive uma reunião com ele no Município de Vila Verde, com os municípios do Cávado, e foi-lhe apresentada exatamente essa necessidade e, o resultado, é nenhum como podemos verificar.

Quanto à intervenção do doutor Tito Evangelista, de facto, eu não queria utilizar uma expressão dessas, mas vou ter que dizer, "tata", é nos últimos 28 anos ter sido Governo



durante 21 e não ter feito absolutamente nada pela habitação, despertaram há dois ou três anos para esta realidade, para criarem de facto, as Estratégias Locais de Habitação. Não fizeram absolutamente nada no país, e agora o problema, é dos municípios. E eu pergunto mesmo do Partido Socialista, quem são os municípios que têm construído habitação?

Pois, o silêncio é uma resposta muito boa para isso, é que nenhum tem feito nada, porque o Governo esqueceu-se durante anos do IHRU e não se construiu uma casa no país, e não percebeu que estava a haver uma revolução nas zonas urbanas mais consolidadas, nomeadamente nas grandes cidades, através do crescimento do turismo, do alojamento local, e a desertificação das zonas centrais das cidades. Agora acordou para a realidade e a culpa é dos municípios do PSD que não fazem habitação, como se tivéssemos tempo para o fazer.

Nós somos o segundo município da zona norte a aprovar a Estratégia Local de Habitação.

O segundo da zona norte, é importante que se retenha isto!

De resto, os impostos do Passos Coelho, eu adoro ouvir isto. O Passos Coelho foi o homem, o pior Primeiro-Ministro de Portugal, mas é só, para quem se esquece que antes dele esteve lá o engenheiro Sócrates, que deixou o país na miséria, na banca rota, é preciso dizer a verdade, que negociou com a Troika as medidas que tinham que ser impostas, e quem ficou lá sentado para cumprir aquilo que a Troika exigia, foi o doutor Pedro Passos Coelho, com muitas dificuldades. É muito fácil vir para aqui dizer que subiu os impostos, que fez não sei o quê, pois é, mas quem deixou o país na miséria pela segunda ou terceira vez, se quisermos ir bem lá atrás, ao doutor Mário Soares, se calhar até foi a terceira vez, o país na banca rota. É sempre o registo da gestão do país, por parte do Partido Socialista.

De resto, em termos de habitação e regressando a essa situação, o trabalho incansável da Esposende Solidário, que há muitos anos a esta parte, apenas com verbas do município de Esposende, e de alguns empresários que querem também ajudar, tem requalificado dezenas e dezenas de habitações neste concelho, dando melhores condições às pessoas.

É verdade que nós não temos ninguém na rua, não temos sem-abrigos graças a Deus, não temos essa realidade no concelho, graças a Deus e graças ao trabalho das pessoas que têm contribuído para que assim não seja. E temos o programa Habita + que dá um apoio ao arrendamento, às famílias mais carenciadas, e foi criado por nós, sem qualquer tipo de apoio por parte do Estado, até agora. Portanto, a realidade e a ilusão em que vive o Partido Socialista Nacional e o Partido Socialista do Município, não tem adesão, no fundo à realidade do concelho e aquilo que tem sido o nosso trabalho.

Da senhora Deputada Marta Viana, sobre as obras do mercado, senhora deputada, tomara eu que já estivessem terminadas, são contingências da evolução das obras, tem a ver com as empresas, tem a ver com um conjunto de aspetos, neste momento a obra está muito acelerada e acreditarmos que dentro de dois meses no máximo, estará terminada.

Quanto às questões da velocidade na marginal, nós tentámos colocar lombas, etc e também há aqui um apelo ao civismo, porque tem muito a ver com a forma como as pessoas se comportam e não queiram fazer daquilo uma pista, mas nós não podemos também encher a marginal de lombas, porque também para quem circula devagar, é muito desagradável ter que passar por esses obstáculos. Mas, não vamos confundir as coisas, estamos a falar do atravessamento da marginal, porque de resto, se há marginal que tem boas condições para quem quer andar de bicicleta, para quem quer andar a pé, é a marginal de Esposende, com a ciclovia, com a ecovia, e com toda a zona pedonal que está exatamente ao lado da circulação viária.

De resto, do IRS Municipal, eu percebo esse apelo é um apelo constante das oposições, seja do CDS, seja do Partido Socialista, mas não deixa de ser curioso, nós temos uma política fiscal

das mais atrativas do país. Nós não temos derrama para as empresas, nós praticamos o IMI mínimo há muitos anos a esta parte, inclusive com um apoio, com o IMI familiar, não se paga ocupação do espaço público, não se paga publicidade, nós temos um Município amigo dos investidores, amigo dos cidadãos. Há o problema do IRS, e eu pergunto, o Estado arrecada 95% do IRS, e pede-se para que o Município, abdique dos 5% a que tem direito. Eu diria, porque é que o Estado não dá mais 5%, não tira mais 5% e fica com 90%?

Porque é que tem que ser o Município a abdicar do pouco dinheiro que recebe para satisfazer no fundo, sempre o dissemos e volto a reiterar aqui, o IRS é o imposto mais justo, porque acaba por incidir sobre os maiores rendimentos singulares. Portanto, as pessoas mais pobres, estão isentas de IRS, a não ser, como se dizia há dias, que até as próprias pessoas que ganham o ordenado mínimo, de acordo com as contas do Partido Socialista, podem vir a pagar IRS. Talvez esta realidade se altere, mas é preciso que o Governo olhe bem para isso, e não ponha as pessoas que ganham o ordenado mínimo a pagar IRS. Portanto, o município não tem condições financeiras neste momento, porque precisa de investir, vocês não podem pedir ao Município para investir, e ao mesmo tempo pedir para abdicar de todas as receitas, porque essa fórmula, não é a fórmula do PSD, é a fórmula do Partido Socialista. Não me peçam para fazer isso, porque isso implica endividar o Município, e daqui a alguns anos alguém vai pagar essa fatura. Enquanto eu for Presidente da Câmara isso não vai acontecer, até ao último dia, depois outras pessoas poderão decidir de forma diferente, enquanto eu cá estiver isso não vai acontecer, porque o equilíbrio financeiro do Município é determinante para podermos ir à banca, para podermos alavancar grandes investimentos no concelho, e não podemos perder essas oportunidades.

De resto, Lisboa, eu também gostava de ter um orçamento de um ponto três mil milhões de euros, se tivesse um orçamento como o de Lisboa. Transportes gratuitos, fazem tudo e mais alguma coisa, e quem lá está é um autarca do PSD, mas eles têm de facto receitas, que nós não temos, nem teremos jamais, em proporção. É impossível praticar as mesmas políticas, até acho isso uma injustiça enorme, acho que havia de haver um equilíbrio e o que se faz em Lisboa devia ser feito em todo o país, ou então equilibrávamos aqui os pratos da balança, porque não pode haver cidadãos de primeira e cidadão de segunda. Mesmo que quem está a gerir seja do mesmo partido. As coisas não devem ser assim, mas todos sabemos que os grandes municípios, basta ir aquilo que era o Programa de Apoio à Redução Tarifária – PART, foi criado por este Governo, e que, de facto, Lisboa e Porto recebiam muitíssimo mais dinheiro para apoio aos transportes, do que o restante território. Aliás, eu sei que neste momento, foi a informação que me foi dada pelo Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, estão a tentar equilibrar os pratos da balança, porque era vergonhoso. Esses municípios acabavam por ter dinheiro para dar os transportes gratuitos, e nós aqui, as pessoas têm que pagar com todas as dificuldades e com transporte muito pior, do que tem naquelas zonas. Porque tem metro, tem transportes rodoviários a toda a hora, e nós aqui, para nos deslocarmos para o trabalho, temos que ir de carro, temos que comprar um carro, pagar os impostos do carro, pagar os pneus, as revisões, etc. é muito mais cara a deslocação para o trabalho no resto do país, do que é propriamente nessas grandes cidades que estão servidas por boas acessibilidades.

De resto, o agravamento do IMI nos prédios devolutos, foi uma ideia que eu lancei no dia do município, temos que o fazer, exatamente nesse sentido de estimular para que as pessoas no fundo, os requalifiquem ou os vendam a quem os possa requalificar.

Do ensino superior, não deixa de ser curioso, a deputada Marta Viana identifica aqui uma

situação problemática com trazermos o ensino superior. Nós vemos isso ao contrário, nós quando trouxemos o ensino superior para Esposende, o que foi muito difícil, está a ser muito difícil, foi precisamente para que os jovens de Esposende não tenham que ir para o Porto, para Lisboa, para as grandes cidades, para terem acesso ao ensino superior. Para poderem ficar na casa dos pais, para poderem estar perto. Claro que nos preocupamos com os que vêm de fora, vamos tentar resolver o problema. Mas não é o Município que tem que resolver o problema, é o Estado que tem que resolver o problema, porque nós concorremos para uma residência de estudantes e foi chumbada pelo Partido Socialista. É que nós desenvolvemos um projeto para uma residência de estudantes em Fão, era para ser feita em Fão, e foi chumbada pelo Partido Socialista. Portanto, cada coisa a seu tempo, mas, o trazer o ensino superior para Esposende não é uma coisa má, é uma coisa boa, porque permite que os jovens não tenham que se deslocar, que os pais não tenham que pagar os preços exorbitantes que pedem hoje em Braga, Guimarães, para não irmos mais longe, mas também no Porto e Lisboa, que são completamente impossíveis para muitas famílias.

De resto, do Senhor Deputado Marcelino, de onde vêm as verbas para o investimento em Forjães, vêm de um conjunto de estratégias que nós temos, que passam naturalmente, quando nós conseguimos Fundos Comunitários, é através dos Fundos Comunitários, quando não temos, temos as receitas próprias, graças a Deus passamos todos os anos, sempre com superavit, ou seja, conseguimos sempre arrecadar mais dinheiro, do que aquele que gastamos, e isso permite-nos fazer investimento. É com esse dinheiro que se faz investimento, com a ida à banca, desde que estejamos dentro dos níveis de endividamento que entendemos como sendo ótimos, e que estão dentro da lei, muito dentro da lei, nem sequer se aproximam dos limites de endividamento do município, e da venda do património naturalmente, mas isso não tem mal nenhum. Nós temos que olhar para o que temos, e há muitos prédios que nós temos que não servem para a nossa estratégia, prédios devolutos, matas, etc, coisas que vamos tendo, que não fazem qualquer sentido que fiquem na nossa mão. E mesmo outros prédios que foram vendidos, o Pérola em Apúlia, é um edifício que não serve os nossos propósitos, nós não vamos fazer habitação no Pérola, é para ser vendido, e com o dinheiro que arrecadarmos, poder eventualmente alavancar com Fundos Comunitários também, um projeto para habitação. É nessa perspetiva, não vale à pena ficar com o imóvel que nós não vamos abrir um restaurante, nem um alojamento local, isso é para os privados. O prédio foi colocado em hasta pública, quem comprou, comprou em hasta pública, foi o melhor negócio para o município, e há que aplicar depois bem o dinheiro, é essa a lógica do que fazemos em todo o lado, não só em Forjães, como em todas as outras freguesias.

Quanto à questão das obras, é a lógica de terminar dentro do mandato, eu agradeço que queira que eu finalize as obras, mas como já deve ter reparado ao longo destes 10 anos que eu já levo de Presidente de Câmara, eu nunca me preocupei muito em terminar as obras antes das eleições. Aliás, até fui sempre criticado porque estavam em andamento as obras, por uma simples razão, não é que eu não quisesse terminá-las, eu não posso é, trabalhar só em ciclos autárquicos. Começar a trabalhar no primeiro ano para acabar as obras antes das eleições, e então, antes das eleições fazíamos aqui uma festa muito grande e convencíamos as pessoas a votar em nós. Não! Temos de ir avançando conforme as disponibilidades financeiras, e conforme as oportunidades geradas pelos Fundos Comunitários. Se começamos e não acabamos paciência, alguém há de acabar, porque atenção, quando se lança uma obra, ela tem cabimentação orçamental, não há o problema como no passado, de deixar coisas para os outros pagarem, isso não existe. Hoje, quando lançamos uma obra, ela tem de ser previamente



cabimentada. Portanto, já existe o dinheiro para ela, é assim que funciona, nem que seja um empréstimo, temos que garantir primeiro o empréstimo e depois é que podemos avançar com a obra. Não há esse problema de deixar algum mau legado financeiro para os demais.

De resto, da Senhora Deputada Anabela Solinho, a questão da semana da mobilidade, como disse 116 fizeram, eu diria de praticamente 200 não fizeram, também não estamos assim muito mal, eu estou a dizer isto em jeito de brincadeira, mas, com todo o respeito, nós temos vindo todos anos a celebrar a semana da mobilidade, é verdade que nós estamos muito depauperados em termos de recursos humanos na parte do trânsito e, portanto, isso foi um bocado a razão pela qual este ano não o fizemos. Mas é um desidrato nosso, nós temos muita mobilidade suave, muita ecovia construída, outras em construção, passadiços, etc, tínhamos mais do que argumentos para celebrar a semana da mobilidade, e para o ano cá estaremos com toda a certeza para cumprir com isso mesmo.

Quanto à internet, a internet como sabe e disse aqui, essa não é da responsabilidade do Município, é da DGEstE, cabe à DGEstE resolver esse problema, e também já foi sinalizado pela Senhora Vereadora.

Muito obrigado a todos!"-----

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período de Intervenção do Público.-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado a inscrição do Senhor José Manuel Neiva da Cruz, que em síntese disse:

*“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Restante Mesa,
Sr. Presidente da Câmara,
Srs. Vereadores,
Srs. Deputados Municipais,
restante público,*

Antes de mais quero saudar a Assembleia Municipal, pela decisão de descentralizar as reuniões pelas freguesias do concelho.

Já em 2007 se iniciou uma tentativa de descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal, sendo este, o auditório local escolhido para a primeira sessão, mas depois não houve continuidade desta descentralização. Eu sei que há algumas freguesias que não reúnem as condições, mas onde pudessem ser realizadas essas reuniões, acho que tinha diversas vantagens principalmente para a população, que não tem oportunidade de se deslocar à sede do concelho.

Acho que tomaram uma decisão muito positiva, que é uma forma de aproximar o poder local, o poder autárquico, dos cidadãos, sendo também uma forma de dar a conhecer o funcionamento dos órgãos autárquicos e de incentivar a participação cívica no acompanhamento e na apresentação dos problemas individuais e coletivos.

Eu sou o José Manuel Neiva, sou natural e residente em Forjães, e durante 20 anos fiz parte da vida autárquica, quer como membro da Assembleia Municipal, quer como membro da Assembleia de Freguesia de Forjães, quer na Junta de Freguesia de Forjães na qualidade de tesoureiro e hoje, não me excludo da responsabilidade da participação cívica, motivos pelos quais hoje estou aqui.

Face a essa experiência existem algumas interrogações dentro de mim, que eu gostaria que me ajudassem a esclarecer. As minhas dúvidas prendem-se essencialmente com algumas infraestruturas que no passado estiveram na agenda política, mas que nunca avançaram.

São as seguintes, eu sei que algumas já foram referenciadas, mas eu tinha aqui o apontamento e não vou deixar de falar nelas. O Senhor Presidente já prestou alguns esclarecimentos em relação à ligação de Forjães à A28. Aquando da construção da A28 foi criada a saída do nó de Antas, de onde deveria sair uma ligação a Forjães e consequentemente à nacional 103.

A realização desta ligação daria um forte impulso às freguesias mais a norte do concelho.

Eu não estou preocupado se é a Câmara, se é o Governo, se é a Junta de Freguesia, eu gostava que essa infraestrutura avançasse, porque traria grandes benefícios aqui para a nossa zona, principalmente para Forjães e para as famílias limítrofes, e gostava de saber, se este traçado ainda está previsto na estratégia municipal, ou se não há interesse em que isso avance.

Outra situação que também já foi aqui falada, é do polo empresarial Forjães-Vila Chã. Eu recorde-me que numa Assembleia Municipal, foram apresentadas as medidas preventivas para a sua instalação, o que mereceu o meu apoio, porque do meu ponto de vista, tudo o que seja reforço de novas iniciativas empresariais, são fator potenciador de novas dinâmicas económicas para o nosso concelho. Assim como, também são um fator gerador de oportunidades de emprego. A instalação deste polo empresarial também evitaria o deslocamento de empresas para concelhos vizinhos.

A questão que eu gostava de ver esclarecida era se o tal polo empresarial Forjães-Vila Chã, continua na agenda política, ou se já foi abandonado.

Outro ponto que também já foi abordado foi a zona de lazer do Zé do Rio, o Senhor Presidente também já deu aqui alguns esclarecimentos, sabemos que é uma das grandes apostas de alguns municípios, o turismo da natureza. Nós no nosso concelho temos um local privilegiado para a afirmação e desenvolvimento desta oferta turística. Do meu ponto de vista acho que a valorização e a requalificação deste património natural seria uma mais-valia importante para o nosso território. Por isso eu perguntava se estava prevista alguma intervenção, o Senhor Presidente já disse que sim, eu pergunto qual é o ponto da situação, e se há previsão para o seu início.

Na minha opinião acho que se todas estas obras, além de outras, fossem concretizadas teríamos um forte impacto nas políticas de desenvolvimento sustentável do nosso concelho.

Agora um assunto que é mais de âmbito local, e prende-se aqui com o alargamento do cemitério de Forjães. Neste momento o cemitério encontra-se muito próximo do limite da capacidade de ocupação, sendo certo que a Junta de Freguesia de Forjães não possui capacidade financeira para suportar o custo que esta obra envolve. Gostava de saber, se a Câmara Municipal tem conhecimento deste problema e se tem, se já tomou alguma providência nesse sentido. Neste momento temos lugar para mais ou menos umas 15 sepulturas e estamos com uma média de 5 sepulturas por ano. Por isso, temos disponibilidade mais ou menos para 3 anos, e convinha começar já a tratarmos da resolução deste problema. Para terminar aproveito para deixar aqui duas sugestões, uma para a Câmara Municipal e



outra para a Assembleia Municipal.

Para a Câmara Municipal, aproveitar a ideia das descentralizações das reuniões da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal também começar a realizar algumas reuniões públicas do executivo municipal nas freguesias, em horário acessível aos munícipes. Eu sei que isso acontece já em alguns municípios e Esposende podia aproveitar esta ideia e também fazer igual.

Para a Assembleia Municipal, se me permite, deixava aqui uma sugestão que era para que as sessões deste órgão sejam transmitidas via internet através da página do município, ou noutras redes sociais.

Muito obrigado!"-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do munícipe, tendo aproveitado para esclarecer, em relação à transmissão das sessões da Assembleia Municipal, que os líderes políticos daquela assembleia, em sede de reunião da Comissão Permanente, estariam a trabalhar já no Regulamento, para ser enviado quer ao Encarregado de Dados, quer à Comissão Nacional da Proteção de Dados, para aferir de toda a legalidade, com passos bem feitos. Mais acrescentou querer que a Assembleia desse cada passo seguro e sempre dentro da lei. Sendo possível e legal, tudo faria para que houvesse transmissão das sessões da Assembleia Municipal.-----

Passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos devidos ao munícipe, tendo o mesmo referido:

"Antes de mais agradecer a participação, é importante que o público também participe, mesmo quem não tenha experiência política passada, quem tem algum assunto, deve sempre tentar aproveitar a oportunidade para interpelar os eleitos.

Quanto às questões que foram colocadas, de facto já tinham sido também colocadas em termos partidários.

Quanto à ligação com a A28, claro que nós mantemos o interesse em fazer a ligação que está em falta, até porque o nó de Antas está incompleto sem essa ligação, mas como disse, o assunto foi apresentado à Tutela, há muito pouco tempo, até demos nota pública disso, numa reunião com todos os autarcas, no seguimento do Conselho de Ministros, que se realizou em Braga, nós tivemos oportunidade de contactar com o Ministro Galamba e, foi agendada uma reunião à posterior, para falarmos desse assunto. Foi agendado no Município de Vila Verde, e todos os Município levaram as suas pretensões em relação a estes investimentos.

Foram apresentados, foram entregues dossiers com todas essas situações, onde estava obviamente esta ligação da A28, do nó de Antas até aqui à zona da 103, mas a verdade é que até hoje não tivemos qualquer tipo de resposta em relação a isso. E, também não me pareceu que estivesse no horizonte, porque não estava sinalizado como uma obra prioritária e, portanto, foi sendo esquecida e não me parece que venha a ser feita. De qualquer maneira, eu quase que podia deixar aqui um desafio ao Partido Socialista, para que, face à sua proximidade ao Governo, possa tentar agilizar este processo, uma vez que estamos a falar do mesmo partido.

De resto, polo industrial Forjães-Vila Chã, a questão é que o polo industrial está neste momento em risco, face aquilo que é a evolução do Plano Diretor Municipal, e o retirar das zonas não infraestruturadas. Portanto, há aqui um risco, é preciso olhar para ele, para se

manter essa zona industrial. Sendo certo, que nós estamos a tentar manter as zonas industriais e até expandir pelo menos as zonas industriais, face à procura que existe no concelho. É, também é verdade, que os preços por metro quadrado estão muito especulados e, portanto, queríamos muito aumentar essas áreas, para podermos continuar a fixar empresas no concelho, porque de resto, temos conseguido.

As questões do Zé do Rio já foram por demais debatidas, é um projeto que tem décadas que se fala nele em Forjães, tem uma ocupação permanente e até irregular vamos dizer assim, porque é usado como zona balnear e não está licenciado para o efeito, mas a verdade, é que as pessoas vão para lá e continuarão a ir, portanto, nós temos que dar uma resposta a tudo isso, pelo menos, não na perspetiva balnear, dificilmente conseguiríamos licenciar como zona balnear, mas como um espaço de lazer junto ao Rio Neiva. Esse é o nosso foco, foi para isso que compramos os terrenos, já tínhamos comprado terrenos no passado, acabamos a aquisição dos terrenos há relativamente pouco tempo, está a ser desenvolvido um projeto, esperamos que haja depois Fundos Comunitários para podermos dar um arranque a toda esse processo.

Quanto ao saneamento, o professor Domingos tinha falado nisso e eu não tinha respondido, mas, entretanto, lembrei-me, nós estamos a desenvolver um projeto juntamente com a Esposende Ambiente, na perspetiva, por um lado, da instalação do saneamento móvel, um sistema de recolha porta-porta, para que o efluente no fundo, deixe de ser conduzido para locais impróprios. Mas, essencialmente, como deve ser do conhecimento geral através da apresentação das Contas, a Esposende Ambiente tinha feito um empréstimo, termina o pagamento desse empréstimo em março do próximo ano e, portanto, está neste momento a preparar um novo empréstimo para investimento, para ampliarmos as zonas de cobertura de saneamento onde se justifica que se faça.

Lamentamos que o Governo não tenha conseguido negociar com Comunidade Europeia, mais fundos para esta área do saneamento, e na negociação que temos, dificilmente teremos um cêntimo para saneamento, para expansão de rede, quando muito poderá haver algum dinheiro, para evitar perdas nas redes de água, para a substituição de redes que já estejam obsoletas, mas para novas redes e expansão de redes não haverá. Portanto, todo o esforço que tem que ser feito, tem que ser feito por parte de investimento próprio, da empresa que no fundo gere esta área e que tem uma situação sustentável em termos financeiros, e que pode efetivamente contrair um empréstimo para aumentar a rede, aumentar o número de clientes e, assim, no fundo fazer a sua expansão e cumprir um desiderato público, que é o de levar o saneamento até às pessoas.

De resto, o alargamento do cemitério, essa questão está a ser tratada juntamente com a Junta de Freguesia, para além de outros assuntos que temos em articulação e em desenvolvimento neste momento, já foi feito o levantamento topográfico, foi feita a avaliação do terreno, foi remetida uma proposta, de acordo com essa avaliação, ao proprietário do terreno e, por estes dias, tem havido contactos, no sentido de ele se pronunciar se aceita ou não, a venda do terreno. Se aceitar, estamos prontos para fazer a escritura e para avançar com o projeto, se não aceitar vamos expropriar o terreno, é assim com as letras todas, não há outra forma de resolver. Sendo certo, que nós estamos a criar um projeto em termos municipais, para alterar o paradigma dos cemitérios. Nós temos este momento 5 cemitérios para ampliar, e assim será, sempre, pelas razões óbvias. O problema é que temos que, de uma vez por todas, alterar esse paradigma, no sentido em que, temos de criar columbários. Para quem não está familiarizado com a terminologia, columbários são lugares para depositar as urnas contendo as cinzas dos



mortos depois da cremação dos cadáveres, ou os ossários também.

O que é que isso permite?

É uma mudança também de mentalidades, com o apoio naturalmente da igreja, que é muito importante, e isso já tinha sido falado com o Arcebispo, com anterior, não com o atual, mas admito que este também possa ter o mesmo pensamento, de sensibilizar as pessoas para o processo da cremação. Não é obrigar, é que as pessoas possam eventualmente aderir, muita gente o tem feito, e tem deixado essa vontade escrita, é uma situação perfeitamente normal.

Isso permite que de facto, os nossos cemitérios, muitos deles, o caso do de Forjães, está numa zona central, limitado por uma rua a toda a volta, há de chegar um momento em que vai esgotar a sua capacidade e terá de ser construído um novo cemitério. Mas, não é só aqui, há vários no concelho, outras freguesias têm esse problema. Ora, para além dos custos enormes de aquisição de terrenos, de fazer as obras que são exorbitantes, é preciso pensar nesta realidade urbanística. Um dia destes, vamos mesmo ter de mudar e ter outros cemitérios e isso são sempre situações complexas e delicadas. Para além de que, estamos a fazer com que os centros cívicos das nossas freguesias, sejam grandes cemitérios. Porque a expansão é sempre na zona junto à igreja, junto ao centro cívico da freguesia. Portanto, em termos urbanísticos é uma péssima solução. A solução imediata para atenuar um pouco este problema, e até em termos financeiros, muitíssimo vantajosa para as pessoas, é de facto criar esses columbários, esses espaços, para que as pessoas possam depositar as cinzas dos seus entes queridos, e assim se possa gerir a situação com maior flexibilidade durante os próximos anos.

Uma situação tranquila, tem sido falada, é nossa intenção levar esse projeto até ao final, em todos os cemitérios e, até, eventualmente e fica aqui uma nota que pode ser um compromisso, de haver, embora os cemitérios sejam geridos pelas freguesias, terá que ser celebrado um acordo com as freguesias, mas de isenção para as pessoas que queiram utilizar essa infraestrutura, durante um determinado tempo.

Todos sabem quanto é que é preciso num ato destes, os Presidentes de Junta estão muito familiarizados com isto, é preciso pagar para abrir a sepultura, é preciso pagar para fechar a sepultura, é preciso pagar depois o jazigo que se coloca, que ronda os três, quatro, cinco mil euros e as pessoas podem resolver isto, de forma gratuita. Tem apenas o processo da cremação que não é tão caro quanto isso, mas podem resolver esse problema.

É uma mudança que, em termos mentais temos que induzir as pessoas para este caminho, e faz-me lembrar o processo das casas mortuárias. Há uns anos a esta parte, era impensável as casas mortuárias, as pessoas queriam velar os seus entes queridos em casa, era uma questão cultural, a dada altura, construíram-se as casas mortuárias, e hoje nem os próprios padres fazem o serviço na casa das pessoas, é num local muito mais digno e igual para todos. Muitas pessoas de condição menos digna tinham de o fazer em casas sem condições, expondo também a sua privacidade. E foi uma coisa que se alterou numa década praticamente, isso hoje nem sequer é um problema. Portanto aqui, já que foi colocada a questão, e essa é uma questão que temos de resolver, porque o Município continua a gastar várias centenas de milhares de euros a comprar terrenos e a alargar cemitérios, o que não é razoável do ponto de vista da gestão.

De resto, quanto às sugestões relativamente à reunião de Câmara, naturalmente que o Município pode sempre tentar também fazer isso, é preciso perceber se há adesão por parte das pessoas, nós temos pena que, de uma certa forma nas nossas reuniões de Câmara públicas, acaba por estar uma ou duas pessoas, às vezes não está sequer ninguém a assistir.

E não tem a ver com a hora nem nada disso, quando as pessoas querem, as pessoas conseguem vir, as pessoas que estão reformadas, há pessoas que estão de férias, nem nesses

momentos, em momento algum aparecem pessoas. Tem a ver com o desinteresse generalizado das pessoas em relação à prática da política. É por isso que todos temos que ter, quando estamos no exercício dos cargos, quando subimos a uma tribuna, temos que ser elegantes, ser educados, e mostrar que estamos na política para ajudar os outros, e não para nos andarmos a insultar.

Muito obrigado!"-----

De seguida o Presidente da Mesa entrou no Período da Ordem do Dia.-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

03.01 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2023, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 28.º E 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de setembro de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

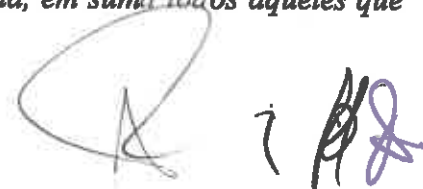
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2023, NOS TERMOS DESCRITOS NA PROPOSTA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra, pelas razões já mencionadas em proposta anterior sobre o mesmo assunto, e ainda pelos seguintes motivos:

Com a alteração agora efetuada, só a Câmara passa a ter 567 funcionários.

A estes temos que juntar os funcionários das instituições municipais, como a Esposende Ambiente, Esposende 2000, Zendensino, etc, bem como contratados avençados, prestadores de serviços, a que acrescem os funcionários das juntas de freguesia; em suma todos aqueles que se encontram ao serviço, e pagos pelos munícipes.



Não venham com a desculpa da grande alteração resultante da receção na câmara dos funcionários do Estado, no âmbito da transferência de competências para o município, uma vez que isso não explica tudo.

Na verdade, a câmara, apesar do "regimento" de funcionários ao seu serviço, manda fazer e contrata externamente, elevadíssimo número de trabalhos e serviços que podiam, e deviam, ser realizados pelos seus muitos funcionários.

Esposende está a consumir em despesas correntes o que devia ser destinado ao investimento, muitas vezes com gastos absurdos para um concelho com a dimensão do nosso (só o serviço de comunicação e imagem tem sete pessoas no quadro, para estar ao serviço permanente da propaganda da maioria, em particular do Presidente da Câmara).

Todos os funcionários e contratados direta, ou indiretamente, no âmbito autárquico de Esposende, rondam o milhar, e se tivermos em conta as famílias atinge alguns milhares de pessoas, o que num concelho da dimensão do nosso provoca uma grave municipalização da sociedade civil, pelas ramificações com instituições subsídio dependentes da Câmara.

Está estabelecida em Esposende a existência de graves condicionantes à livre participação política, resultante da dependência profissional, económica e financeira de elevado número de cidadãos, que direta ou indiretamente estão de facto inibidos de intervir politicamente, inviabilizando uma verdadeira alternância.

Daí que em Esposende a democracia participativa seja uma mera formalidade promovida e cultivada pela maioria para se auto perpetuar no poder.

Por tudo isso, obviamente, votamos contra!"-----

03.02 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de julho de 2023, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Esposende, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA -----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O CDS-PP saúda o facto de ser apresentada a esta assembleia, a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Esposende, e a esse propósito já o ano passado tivemos oportunidade de aqui apresentar uma Recomendação na qual se identificava a necessidade deste Conselho Municipal.

Saudamos, mas não podemos deixar de registar o carácter tardio da apresentação da proposta, como não podemos deixar de manifestar a nossa discordância em relação à parte do preâmbulo do Regulamento, em que se diz que o Município nunca aceitou que a criação deste Conselho fosse uma mera imposição legal e municipal, antes devendo corresponder a uma necessidade e uma vontade da Juventude, no intuito de reforçar o seu legítimo direito à participação cívica. Trata-se na verdade de uma tentativa de justificar, ou de deixar passar em branco, o incumprimento do executivo municipal.”-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO PARA O ARQUIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.—

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de julho de 2023, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento para o Arquivo Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO PARA O ARQUIVO MUNICIPAL, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO PROGRAMA DO CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS – RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS, E AUTORIZAÇÃO PARA AVANÇAR PARA UMA FASE DE QUALIFICAÇÃO PRÉVIA DE CONCORRENTES PARA DAR CONTINUIDADE AO PROCEDIMENTO CONCURSAL.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado



dia 21 de setembro de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, Programa do Concurso e Caderno de Encargos – Recolha de Resíduos Urbanos, bem como autorização para avançar para uma fase de qualificação prévia de concorrentes, a fim de, dar continuidade ao procedimento concursal. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR O PROGRAMA DO CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS – RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS – DESIGNADAMENTE, APROVANDO A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS FUTUROS PREVISTOS NO ARTIGO 3º DESTE MESMO CADERNO.-----

03.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E RESPECTIVA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS FUTUROS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO PARA CELEBRAÇÃO DE “CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A CELEBRAR PELO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI Nº 29/2011, DE 28 DE FEVEREIRO, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA”, NO MONTANTE MÁXIMO DE 6.061.247,57 €, CORRESPONDENTE AO PERÍODO MÁXIMO DE 16 ANOS DE CONTRATO, TAL COM PREVISTO NO DECRETO-LEI Nº 50/2021, DE 15 DE JUNHO (MÉDIA ANUAL DE 378.827,97€).-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de setembro de 2023, foi presente na sessão proposta para autorização da repartição de encargos e respetiva assunção dos compromissos futuros, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, relativamente ao presente procedimento, no montante máximo de 6 061 247,57€, correspondente ao período máximo de 16 anos de contrato, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho (média anual de 378.827,97€). Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Municipal Manuel Francisco Vasco Gaifém, colocado uma questão, à qual o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E RESPECTIVA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS FUTUROS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, RELATIVAMENTE AO PRESENTE PROCEDIMENTO, NO MONTANTE MÁXIMO DE 6 061 247,57€, CORRESPONDENTE AO PERÍODO MÁXIMO DE 16 ANOS DE CONTRATO, TAL COMO PREVISTO NO DECRETO-LEI N.º 50/2021, DE 15 DE JUNHO (MÉDIA ANUAL DE 378.827,97€).-----

03.06 - PARA CONHECIMENTO:

03.06.01 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - 1.º SEMESTRE 2023, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----

03.06.02 - CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11.º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

03.06.03 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015. -----

03.06.04 – APROVAÇÃO POR PARTE DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL DE ESPOSENDE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE (OUTUBRO DE 2022 A MAIO 2023).-----

03.06.05 – RETIFICAÇÃO À PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E DAS CONSELHEIRAS LOCAIS PARA A IGUALDADE.-----

03.06.06 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO

ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º SEMESTRE 2023.**-----

. ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M:

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2023 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA COM O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – 1º TRIMESTRE 2023.**-----
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º SEMESTRE 2023.**-----

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Esposende relativa ao 1º semestre de 2023, Contratos de Investimento outorgados, ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Aprovação por parte da EIVL de Esposende do Relatório de Execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Esposende (outubro 2022 a maio 2023), Retificação à proposta de aprovação da EIVL do Município de Esposende e das Conselheiras Locais para a Igualdade, Relatório de Execução Orçamental – 1º semestre 2023 da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM, Relatório de Execução Orçamental – 1º Trimestre 2023 e Relatório de Execução do Contrato Programa com o Município de Esposende – 1º Trimestre 2023, bem como, Relatório de Execução Orçamental – 1º Semestre 2023 da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 22 horas e 40 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,

Otávio de Silva Rêgo

A Segunda Secretária,

Jayme Oliveira

P